

## GT54: Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Antonio Urquiza, Joana A. Fernandes Silva

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate, para um "fazer antropológico em tempos extremos".

### **Pademia e o Aprofundamento da Lógica Integracionista na Política do Governo Brasileiro para os Povos Indígenas**

#### **Autoria:**

Diversas reportagens jornalísticas apresentam um quadro de elevação dos riscos sociais sobre as populações indígenas do Brasil nos últimos anos. Este crescimento coincide com o retorno de políticos de direita e conservadores ao governo do país, que tem retomado políticas pretéritas inspiradas em ideias e interesses elitistas. No contexto da pandemia do Covid-19, essa situação se agravou consideravelmente, pois houve um crescimento acelerado das ameaças sobre as populações indígenas. O objetivo deste estudo é analisar, a título de apontamentos gerais, o contexto do atual agravamento destes riscos/ameaças sobre as populações indígenas brasileiras, considerando suas possíveis causas, os atores envolvidos, os interesses subjacentes, as ideias e as ações práticas que dão conteúdo a este processo. A base teórica do estudo é a teoria crítica, de viés marxista, por possibilitar explicar e compreender os processos históricos com base na análise das relações e dos interesses conflitantes entre agentes sociais coletivos -classes, grupos, corporações sociais. Como metodologia, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e documental, cujas fontes são artigos científicos, matérias de jornais e documentos elaborados por organizações oficiais ou da sociedade civil. Os levantamentos bibliográficos preliminares indicam que está havendo um retorno a um modelo que autores como Meliá (1981), Grizzi e Silva (1981), D'Angelis (2001), Tommasino (2003), Luciano (2006) e Oliveira e Nascimento (2012) caracterizam como integracionista e assimilacionista: "assimilacionista (do ponto de vista cultural) e integracionista (do ponto de vista econômico)" (TOMMASINO, 2003, p. 80). Os principais atores envolvidos, além dos próprios índios, são o Governo Federal, acadêmicos indigenistas, ONGs, movimentos ambientais, movimento indigenista, empresários do agronegócio e da área de mineração, trabalhadores pobres e de baixa qualificação, além de setores religiosos, protestantes e católicos, conservadores e progressistas. As causas principais estão associadas à negligência e conivência do governo com interesses elitistas predatórios das riquezas indígenas, ao agravamento dos problemas e injustiças sociais no Brasil, que pressionam trabalhadores pobres e de baixa qualificação a buscar oportunidades ocupacionais na exploração de recursos existentes em terras indígenas, aos interesses do médio e grande capital, nacional e estrangeiro,

do agronegócio e da mineração, aos interesses de grupos religiosos evangélicos e à fragilização dos movimentos sociais progressistas. Conclui-se que somente o enfrentamento político articulado das bases sociais indígenas pode reverter este processo.

[Trabalho completo](#)

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

